



Fundação Educacional de Além Paraíba

ANEXO - DECLARAÇÕES DO BENEFICIÁRIO

Eu, _____, brasileiro/a, estado civil _____, residente na cidade de _____, Estado/UF: _____, na Rua: _____, nº _____, Bairro _____, portador/a da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo Órgão: _____/_____, inscrito/a no CPF/MF nº _____, DECLARO, para servir de documento junto ao **Serviço Social da FEAP**, a instruir **Processo de Concessão de Bolsas de Estudo Assistencial**, ao/a aluno/a _____, na Fundação Educacional de Além Paraíba, que:

não possuo CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social porque nunca solicitei sua emissão;

não possuo CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social porque perdi/extraviei e registrei Boletim de Ocorrência (anexado);

não possuo CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social porque perdi/extraviei e não registrei Boletim de Ocorrência.

não apresentei, no ano anterior, a **declaração de Imposto de Renda à Receita Federal do Brasil** – Ministério da Fazenda.

que sou trabalhador/a **autônomo/a** exercendo a atividade de: _____, desde _____, com rendimentos brutos mensais no valor médio de R\$ _____ (_____).

que **CONTRIBUO / AUXILIO FINANCEIRAMENTE** com: _____
/ citar o grau de parentesco ou afetividade, no custeio das despesas, com valor mensal de R\$ _____ (_____).

que sou trabalhador/a **MicroEmpendedor Individual**, exercendo a atividade de: _____, desde _____, com rendimentos brutos mensais no valor médio de R\$ _____ (_____).

que **RECEBO PENSÃO ALIMENTÍCIA**, para meu(s) – minha(s) filho(s) / filha(a) no valor mensal de R\$ _____ (_____).

que **NÃO RECEBO PENSÃO ALIMENTÍCIA** (Judicial ou Extrajudicial) para meu(s) / minha(s) filho(s)/filha(a), desde: _____.

não exerço nenhuma atividade formal ou informal remunerada, desde: _____.

- estou desempregado/a, procurando emprego e sem usufruir de seguro-desemprego;
- estou desempregado/a, procurando emprego e sem usufruir de seguro-desemprego;
- sou Dona de casa e contribuo para o INSS com ajuda de terceiros;
- sou Dona de casa e não contribuo para o INSS;
- sou Estudante maior de 18 anos;
- estou em outra situação. Especificar: _____
- que o imóvel em que resido foi CEDIDO por _____
/ citar o grau de parentesco ou afetividade, RG: _____ /
CPF: _____, pelo seguinte motivo _____

_____.

DECLARO, ainda, que estou ciente que a inexatidão das informações prestadas, além de acarretar a suspensão da bolsa de estudo, me sujeitará às penalidades previstas no artigo 26, da Lei Complementar 187/2021*, e artigos 171 e 299, ambos do Código Penal**. Por ser verdade, firmo a presente declaração em uma única via, para que produza todos os seus efeitos legais.

_____, ____ de _____ de _____.

DECLARANTE

*Art. 26 – Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei Complementar, ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e pela autenticidade das informações por eles prestadas, e as informações prestadas pelas instituições de ensino superior (IES) acerca dos beneficiários em qualquer âmbito devem respeitar os limites estabelecidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 1º Compete à entidade que atua na área de educação confirmar o atendimento, pelo candidato, do perfil socioeconômico de que trata esta Lei Complementar.

§ 2º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou por seus pais ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis, sem que o ato do cancelamento resulte em prejuízo à entidade beneficente concedente, inclusive na apuração das proporções exigidas nesta Seção, salvo se comprovada negligência ou má-fé da entidade beneficente’.

** “Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento”.

*** “Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”.